

A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIAS DE TEXTO: TIPOS, GÊNEROS E ESPÉCIES

Luiz Carlos TRAVAGLIA¹

- **RESUMO:** O objetivo neste artigo é discutir parâmetros e critérios para caracterizar categorias de texto, sejam tipos, gêneros ou espécies (TRAVAGLIA, [2003]2007a). Essa caracterização é fundamental para a identificação e distinção das categorias a que os textos podem pertencer. Nossa proposta é que os diferentes critérios para este fim podem ser agrupados segundo cinco parâmetros distintos: a) o conteúdo; b) a estrutura composicional; c) os objetivos e funções sócio comunicativas da categoria; d) as características da superfície linguística, geralmente em correlação com outros parâmetros; e) elementos que podem ser atribuídos às condições de produção da categoria de texto.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros discursivos e de texto, tipos de texto, espécies de texto, caracterização.

Introdução

A identificação, distinção e caracterização das diferentes categorias de texto é um dos objetivos da Linguística Textual em seu programa de trabalho, todavia ao nos debruçarmos sobre os textos circulantes em uma sociedade e cultura, vemos que esta não é uma tarefa simples. Tanto a identificação quanto a distinção das categorias de textos dependem diretamente de sua caracterização, porque o simples nome atribuído pelos usuários dos textos nunca é suficiente para identificar e diferenciar as categorias de texto, embora seja o primeiro passo para fazê-lo. Este artigo tem por objetivo levantar e estruturar parâmetros e critérios que podem ser usados para caracterizar o grande número de categorias de texto existentes em uma sociedade e cultura, sejam elas tipos, gêneros ou espécies (TRAVAGLIA, [2003]/2007a)². Os parâmetros e critérios que vamos aqui apresentar são aqueles que, até agora, já observamos ser pertinentes em nossa

¹ Universidade Federal de Uberlândia – Professor Associado de Língua Portuguesa e Linguística do Instituto de Letras e Linguística – 38408-100 – Uberlândia – MG. Endereço eletrônico: ltravaglia@ufu.br

² Este texto foi escrito em 2003, mas sua publicação só saiu em 2007, devido a problemas diversos para finalização do livro. Doravante será citado apenas como Travaglia (2007a).

pesquisa dentro do projeto “Uma teoria tipológica geral de textos: sim ou não?” e em trabalhos de outros pesquisadores.

Estes critérios, pelo que pudemos observar até agora, estão agrupados em cinco parâmetros distintos:

- a) o **conteúdo temático**;
- b) a **estrutura composicional**;
- c) os **objetivos e funções sócio comunicativas**;
- d) as **características da superfície lingüística**, geralmente em correlação com outros parâmetros;
- e) as **condições de produção**.

Um outro critério ou parâmetro que pode contribuir para a caracterização das categorias de texto, sobretudo dos gêneros, é o **suporte** típico em que o mesmo costuma ou deve aparecer.

A caracterização das categorias de texto é feita por uma conjugação de critérios que pode ocorrer de diferentes modos e, muitas vezes, a distinção depende de uma combinação diversa dos mesmos elementos e não da presença de elementos distintos. Nem sempre uma categoria se caracteriza por critérios e parâmetros de todos os cinco grupos, mas de apenas alguns deles.

O que designamos por **categorias de texto** é um conjunto de textos com características comuns, ou seja, uma classe de textos que têm uma dada caracterização, constituída por um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, objetivos e funções sócio comunicativas, características da superfície lingüística, condições de produção, etc., mas distintas das características de outras categorias de texto, o que permite diferenciá-las (TRAVAGLIA, 2004a)³. São exemplos de categorias de texto em nossa sociedade e cultura brasileiras: descrição, dissertação, injunção, narração, texto argumentativo “stricto sensu”, texto preditivo, romance, novela, conto, fábula, parábola, caso, ata, notícia, mito, lenda, certidão, requerimento, procuração, atestado, denúncia, ofício, carta, soneto, haikai, ditirambo, ode, acróstico, epitalâmio, prece, tragédia, comédia, farsa, piada, tese, artigo, etc. Diversas categorias de texto podem ter características comuns. Este é o caso, por exemplo, de todas as categorias de texto que têm o tipo narrativo como necessariamente presente em sua composição e como dominante e entre as quais podemos citar: romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito,

³ Em Travaglia (2004a) e outros textos, usamos o termo “elemento tipológico” para designar o que agora designamos por “categoria de texto”. Mudamos o termo por considerar “categoria de texto” mais claro e direto para identificar o conceito.

lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia, piada, conto de fadas, epopéia, etc.)⁴. Todos esses gêneros vão ter em comum características de narração, mesmo que realizadas de diferentes formas. Sempre haverá, todavia, características que permitam distingui-los entre si, diferenciando, por exemplo, um romance de um conto, uma fábula de uma parábola, e assim por diante. É o caso também das categorias de texto necessariamente e predominantemente dissertativas (por exemplo: tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência, etc.) e assim por diante.

De acordo com o proposto em Travaglia (2001, 2007a), consideramos que as categorias de textos podem ser de uma entre três naturezas distintas, que chamamos de “**tipelementos**” (classes de categorias de texto de uma dada natureza), a saber: o tipo, o gênero e a espécie. O **tipo** pode ser identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução (TRAVAGLIA, 1991, capítulo 2), segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes (TRAVAGLIA, 2001, 2007a, p.101-104). Alguns tipos que podemos citar, divididos em sete tipologias, são: a) texto descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo; b) texto argumentativo “*stricto sensu*” e argumentativo não-“*stricto sensu*”; c) texto preditivo e não preditivo; d) texto do mundo comentado e do mundo narrado; e) texto lírico, épico/narrativo e dramático; f) texto humorístico e não-humorístico; g) texto literário e não literário. O **gênero** se caracteriza por exercer uma função sócio comunicativa específica. Estas nem sempre são fáceis de explicitar. A **espécie** se define e se caracteriza apenas “por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou por aspectos de conteúdo” (TRAVAGLIA, 2001, 2007a, p.104-106).

As relações possíveis entre tipos, gêneros e espécies – que podem ser vistas com maiores detalhes em Travaglia (2007a) – e as relações entre os tipos na composição dos gêneros (TRAVAGLIA, 2007b) são importantes na caracterização das categorias de textos. Basicamente tem-se o seguinte:

- 1) os tipos e espécies compõem os gêneros que são os tipelementos que existem e circulam na sociedade;
- 2) as espécies podem estar ligadas a tipos (como a história e a não-história que são espécies do tipo narrativo) ou a gêneros (como a carta, carta comercial, o ofício, o memorando, o bilhete, o telegrama, o cartão, que são espécies do gênero correspondência);

⁴ A narração é um “tipo”, enquanto romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito, lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia etc. são “gêneros” (TRAVAGLIA, 2007a). Tipos compõem gêneros (TRAVAGLIA, 2007a, 2007b).

- 3) os gêneros podem estar ligados a tipos que os compõem necessariamente (como a tese é necessariamente composta pelo dissertativo como dominante) ou não (como a carta, que pode ser composta por descritivo, dissertativo, injuntivo ou narrativo, mas não necessariamente) ou a espécies de tipos (como o romance, o conto, a piada, por exemplo, que são compostos pela espécie história do tipo narrativo) ;
- 4) quando os tipos compõem os gêneros, eles podem (TRAVAGLIA, 2007b):
- a) se *cruzar* ou *fundir*: neste caso, o gênero apresenta características de dois ou mais tipos simultaneamente. É o caso, por exemplo, do “editorial” de jornal, que é composto ao mesmo tempo necessária e predominantemente pelos tipos dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*”; da piada que, simultaneamente é composta necessária e predominantemente pelos tipos narrativo e humorístico; e do apólogo, fábula e parábola, que são compostos pelos tipos narrativo e argumentativo “*stricto sensu*” em cruzamento ou fusão;
 - b) se *conjugar*: neste caso, os tipos aparecem lado a lado na composição do gênero, mas não há uma fusão de características no mesmo trecho. Assim, o editorial apresenta trechos descritivos, injuntivos e narrativos ao lado dos trechos dissertativos, geralmente representando argumentos ou com outras funções dentro do editorial.⁵ Já o romance geralmente apresenta, além do narrativo (obrigatório) que é dominante, trechos descritivos, dissertativos e injuntivos. Este último mais eventualmente, mas a descrição e a dissertação quase sempre. Na bula, tem-se os tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, mas nenhum é dominante. Portanto, quando os tipos se conjugam, um deles pode ser dominante ou não. A dominância pode ser necessária (acontece sempre no gênero) ou não (pode acontecer, mas não obrigatoriamente);
 - c) se *intercambiar*: neste caso, em uma situação de interação em que se esperava um tipo ou gênero, tendo em vista o modo de interação que se estabelece e que exigiria uma dada categoria de texto, ocorre outra categoria. O produtor do texto lança mão de uma categoria que não é a própria daquele tipo de interação naquela esfera de ação social, para produzir determinados efeitos de sentido.

Como se verá, estes elementos são importantes na caracterização das categorias de texto. Vamos discutir e exemplificar a caracterização das categorias de texto seguindo os cinco grupos de parâmetros acima.⁶ A exemplificação que

⁵ Ver Melo (2005).

⁶ Evidentemente os exemplos se limitarão a algumas categorias apenas para que se tenha uma percepção melhor do que se está falando em cada caso, pois seria impossível tratar, num texto como este, de centenas de categorias de texto (tipos, gêneros e espécies).

vamos apresentar procura ser funcional no sentido de permitir um entendimento mais claro do que se discute, mas em nenhum momento pretende ser exaustiva nem em relação à categoria (tipo, gênero ou espécie) abordada, nem em relação aos critérios ou parâmetros que se está exemplificando. Ou seja, pode haver mais elementos sobre um critério ou parâmetro que se poderia dizer na caracterização da categoria, mas apresentamos apenas o que parece suficiente para a clareza do que está sendo proposto e comentado.

O conteúdo temático

O **conteúdo temático** refere ao que pode ser dito em uma dada categoria de texto, à natureza do que se espera encontrar dito em um dado tipo, gênero ou espécie de texto, o que, obviamente tem de estar ligado a um tipo de informação. As características relativas ao conteúdo temático nos levam, em princípio, ao que devemos dizer ao produzir a categoria ou ao que esperar na leitura/compreensão de uma categoria. Vejamos alguns exemplos de caracterizações ligadas ao conteúdo temático.

Para Travaglia (1991), o tipo **narrativo** tem como conteúdo temático os acontecimentos ou fatos organizados em episódios (indicação e detalhamento – geralmente por meio de descrição – de lugar, tempo, participantes/actantes/personagens + acontecimento: ações, fatos ou fenômenos que ocorrem). No caso da espécie **história** da narração, os episódios aparecem encadeados entre si caminhando para um desfecho ou resolução e um resultado. Já na espécie **não-história** da narração, os episódios estão lado a lado no texto, mas não se encadeiam, conduzindo a uma resolução e a um resultado. O tipo **descritivo** vai se caracterizar por trazer a localização do objeto de descrição (não obrigatoriamente), características (cores, formas, dimensões, texturas, modos de ser, etc.) e/ou componentes ou partes do “objeto” descrito. No tipo **dissertativo**, o que importa como informação são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre estas proposições, sobretudo as de condicionalidade, causa/consequência, de oposição (ou contrajunção), as de adição (ou conjunção), de disjunção, de especificação, inclusive exemplificação, de ampliação, de comprovação, etc. No tipo **injuntivo**, o conteúdo é sempre algo a ser feito e/ou como ser feito, uma ou várias ações ou fatos e fenômenos cuja realização é pretendida por alguém. Os fatos e fenômenos aparecem sobretudo, nos injuntivos de volição, os chamados textos optativos (TRAVAGLIA, 1991, p.55-57). Já um texto do tipo **humorístico** quase sempre se construirá sobre dois mundos textuais que são intercambiáveis, por serem compatíveis com os recursos lingüísticos de expressão utilizados, como na piada do exemplo (1) em que “diamante”, na língua oral, tanto pode ser entendido como “diamante”

(a pedra preciosa), quanto como “de amante” (pessoa com que se tem um relacionamento visto, em muitos quadros sociais, como “ilícito”). Sem este conteúdo “dúbio” dificilmente se constrói um texto humorístico.

(1) A mulher está na festa com um belíssimo solitário de dois quilates no dedo.

A amiga chega e pergunta:

— É diamante?

Ao que ela responde:

— Não. Foi meu marido mesmo que me deu.

Quanto aos **gêneros**, observa-se que muitos vão ter como uma de suas características o conteúdo. O **aceite** “é o texto pelo qual pessoas ou instituições⁷ declaram que aceitam convite ou proposta feita por outrem (pessoa, instituição)” (TRAVAGLIA, 2002a, p.130-131). Os gêneros **convite**, **convocação**, **intimação**, **notificação**, (TRAVAGLIA, 2002a, p.139-140, 144-145), que têm o objetivo de solicitar a presença de alguém, sempre contêm um chamado para estar em um lugar e/ou evento (festa, apresentação/show, conferência, reunião, etc.) para determinado fim (se divertir, se instruir, decidir coisas, cumprir determinado papel dentro de um processo legal na justiça, etc.). Alguns elementos de conteúdo aparecem nos quatro, como, por exemplo, quem solicita a presença, quando e onde se deve comparecer e para o que: festa, apresentação de alguma natureza (espetáculo, conferência, etc.), curso, realizar algo, etc. O chamado pode configurar uma obrigatoriedade de atendimento (convocação, notificação, intimação) ou não (convite), conforme quem o faz, mas isso tem a ver com as condições de produção. Ainda se pode observar, na caracterização, um detalhamento maior no conteúdo de alguns gêneros, na dependência de espécies. Por exemplo, no caso do **convite**, conforme o elemento para o qual se convida, se configuram espécies de convite com influência no conteúdo: convite de casamento, de aniversário, para apresentações (espetáculos, conferências, etc.), cursos, etc. Assim, um convite de casamento se caracteriza por indicar minimamente: quem se casa, os pais dos nubentes (opcional, mas esperável pelas regras sociais de cortesia), local e data do casamento e se haverá ou não recepção festiva após o ato religioso ou civil. Já num convite para uma apresentação, deve-se colocar outro tipo de informação: o tipo da apresentação (espetáculo, conferência, outra), o conteúdo/tema/assunto quando for o caso (palestras e cursos, por exemplo), quem faz a apresentação, se para estar presente o convidado deverá ou não pagar. Uma **prece** ou **oração** geralmente contém uma louvação à entidade (Deus, Jesus, Nossa Senhora, santo, etc.) a que a prece

⁷ Estaremos sempre usando o termo instituição como um hiperônimo para empresas comerciais, industriais, de serviços (públicas ou privadas), órgãos públicos, associações de todas as naturezas, clubes, instituições educacionais, religiosas, financeiras, filantrópicas, culturais e assemelhados. Quando houver necessidade, especificaremos as instituições envolvidas.

é dirigida e pedidos e/ou agradecimentos. É interessante observar que, quando um gênero apresenta diferentes tipos de informação, geralmente essas informações aparecem distribuídas em diferentes partes ou categorias da superestrutura do gênero. No caso da prece, a superestrutura será exatamente marcada pelas informações: louvação + solicitação/pedido + agradecimento.

Na área jurídica, temos muitos gêneros, e aqui especificamos o conteúdo de alguns que os caracteriza: a) **qualificação**, que, segundo Pimenta (2007, p.84), é um gênero necessária e predominantemente descritivo, que contém “nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência (que podem ser incertos e não sabidos) e documentos pessoais (optativo em alguns casos)” e tem por objetivo identificar indivíduos, “enquanto pessoas capazes de direitos e deveres diante do Estado e da sociedade”. Na verdade, a qualificação aparece compondo muitos gêneros jurídicos, forenses e administrativos, como o requerimento, a procuração, termo de fiança, o rol de testemunhas em um processo penal, a denúncia, etc.; b) o **termo de fiança**, que para Pimenta (2007) é um

gênero textual redigido e assinado pelo escrivão, no uso de suas atribuições, também assinado pelo delegado de polícia, pelo indiciado e por duas testemunhas. Neste texto, basicamente narrativo e descritivo, é indicado o número do inquérito policial, o nome do indiciado e sua qualificação, e dito que, na presença das testemunhas, deposita o valor arbitrado pelo delegado de polícia da fiança, prestada a seu favor, para solto se defender. O indiciado também assume suas obrigações previstas em lei, que são lidas e narradas neste termo de fiança, fica também registrado que no caso de quebra da fiança o afiado será recolhido à prisão. A função sócio-comunicativa deste texto é a de formalizar o pagamento da fiança com suas respectivas ressalvas. (PIMENTA, 2007, p.89-90) (Grifo nosso para destacar o conteúdo temático)

c) a **exceção de litispendência**, definida por Pimenta (2007) como:

gênero textual redigido por qualquer das partes, com a função sócio-comunicativa de demonstrar para determinado juízo que há causa idêntica em andamento, em outro foro, ainda pendente de julgamento. Neste texto a prova de que há causa idêntica em andamento em outro foro funciona como argumento – agir estratégico – para que o processo seja extinto sem julgamento do mérito. (PIMENTA, 2007, p.103)

Portanto como um gênero cujo conteúdo é sempre dizer ao juízo que existe outra causa em andamento julgando o mesmo fato/crime; d) a **denúncia**, que é um

gênero textual redigido pelo MP no qual o MP expõe o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e da

vítima (se possível) ou esclarecimentos pelos quais se possa identificar o acusado, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. (PIMENTA, 2007, p.110) (MP = Ministério Público) (Grifo nosso para destacar o conteúdo).

Como se pode observar, nas caracterizações feitas por Pimenta (2007), aparecem as funções sócio comunicativas ou objetivos e quais tipos compõem o gênero, o que exemplifica outros critérios que comentamos aqui.

Tavares (1974, p.237, 256), ao buscar caracterizar e distinguir a **epopéia** ou **poema épico** do **poema heróico**, usa o critério do conteúdo, dizendo que: a) a **epopéia** é “a narração de um fato heróico grandioso e de interesse nacional” em que se “trata de ‘cantar os feitos dum povo que haja contribuído para a realização de acontecimentos que interessam à vida da humanidade’”. Às vezes se caracteriza a **epopéia** como um relato de uma saga nacional com heróis nacionais, fundando uma nacionalidade; b) o **poema heróico**, por sua vez, embora também de interesse nacional, trata de assunto menos importante, tais como “façanhas dum varão notável, qualquer fato histórico ou lendário que haja impressionado a imaginação popular, embora de ordem secundária. Portanto o critério da distinção é o que se diz e sua importância para um povo.

Quanto às **espécies**, já registramos a definição pelo conteúdo das espécies história e não-história ligadas ao tipo narrativo e da espécie de convite que o convite de casamento representa.

Travaglia (2007a) comenta sobre várias espécies que se caracterizam pelo conteúdo temático. Vejamos alguns exemplos.

- 1) Os gêneros **romance** e **conto** apresentam várias espécies que se definem e caracterizam tendo em vista o conteúdo temático: a) **históricos**: falam sempre de fatos ligados à história da humanidade ou de um país, região, etc; b) **psicológicos**: que fazem estudos de personagens do ponto de vista de sua psiquê; c) **regionalistas**: tratam temas muito ligados à cultura de uma região, como os romances brasileiros referentes à seca na região Nordeste e seu efeito sobre os homens; d) **indianistas**: cujo tema é o índio, como alguns romances de José de Alencar; e) **fantásticos**, em que acontecem fatos mágicos ou estranhos sem muita explicação dentro do senso comum e/ou científico (Cf. contos do autor mineiro Murilo Rubião); f) **de ficção científica**, em que o tema gira em torno de viagens espaciais, alta tecnologia no futuro ou no presente, experimentos científicos, etc; g) **de capa e espada**, em que se tem as aventuras de espadachins; h) **policiais**, em que se trata de casos de crimes e sua solução; i) **eróticos**, cujo tema é intimamente ligado à sexualidade, com passagens que buscam e causam um erotismo, a sensualidade, etc.;

- 2) O **tipo descritivo** tem relacionadas a ele algumas espécies que se caracterizam por aspectos de conteúdo, às vezes em conjugação com aspectos formais:
- a) segundo a tradição dos estudos tipológicos (classificatórios) de textos, na descrição **objetiva** o produtor do texto se guia exclusivamente pelo objeto visto como algo exterior ou não ao falante, ou seja, o conteúdo são a localização, as características e componentes ou partes do objeto de descrição sem interferência do estado emocional, afetivo, psicológico de quem diz, enquanto na descrição **subjativa** tem-se o tipo de informação própria do tipo descritivo (localização, características, partes ou elementos) fundida a uma expressão dos sentimentos, afetividade e estados psicológicos daquele que diz;
 - b) a descrição **estática** tem como conteúdo dizer como são objetos e seres, já a **dinâmica** caracteriza movimentos, eventos (uma dança, uma tempestade, uma festa), dizendo como são. Dizer como algo é constitui o objetivo da descrição, como veremos adiante;
 - c) Travaglia (1991, p.225, 234-237) propôs a distinção de duas espécies de descrição: a **comentadora** e a **narradora**. A narradora se refere sempre a um exemplar único do elemento descrito (acontecimento, ser, coisa, objeto, etc.) e a comentadora se refere sempre a uma classe de elemento descrito. Por exemplo, uma descrição narradora diria como foi a festa de casamento de minha filha, enquanto uma descrição comentadora diria como são as festas de casamento em geral em qualquer lugar ou época ou pelo menos em uma dada sociedade.
- 3) Considerando o gênero **poema**, o **tipo lírico** tem vinculadas a ele muitas espécies caracterizadas e distinguíveis pelo conteúdo. Segundo caracterizações tomadas a Tavares (1974, p.269 e ss.), temos, por exemplo:
- a) **ditirambo** é o poema que celebra os prazeres da mesa, principalmente na hora do brinde de modo jovial e entusiástico;
 - b) a **elegia** comporta as composições de tristeza e de luto;
 - c) o **epitalâmio** é composição destinada a celebrar bodas e núpcias;
 - d) os **poemas bucólicos** têm por assunto a vida do campo e apresenta duas espécies diferenciadas pela forma: o **idílio** (que é monológico) e **écloga** (que é dialogada);
 - e) o **genetliaco**, que celebra o nascimento e aniversários de nascimento;
 - f) o **madrigal**, que já foi caracterizado pela forma e pelo conteúdo, mas modernamente se caracteriza mais pelo conteúdo: contém sempre “pensamentos graciosos, numa discreta e galante confissão de amor” (TAVARES, 1974, p.288), às vezes sutilmente satírica.
- 4) O **mistério**, que é a “representação de episódios da vida de Cristo” e o **milagre**, que é a “representação de episódios envolvendo homens e santos”

(TAVARES, 1974, p.139), em que acontecem fatos excepcionais e graças concedidas pelos santos, são duas espécies, definidas pelo conteúdo e que se vinculam ao **tipo dramático**.

- 5) Na oratória tem-se o gênero discurso com espécies definidas pelo conteúdo (TAVARES, 1974, p.144-145): a) **exéquias**, que é um discurso fúnebre em homenagem a alguém falecido; b) o **genetliaco**, que é o discurso feito para saudar o nascimento de alguém; c) o **brinde** é um discurso muito breve que se faz em ocasiões festivas, para saudar alguém e contendo saudações, louvações e desejando boa sorte.

A estrutura composicional

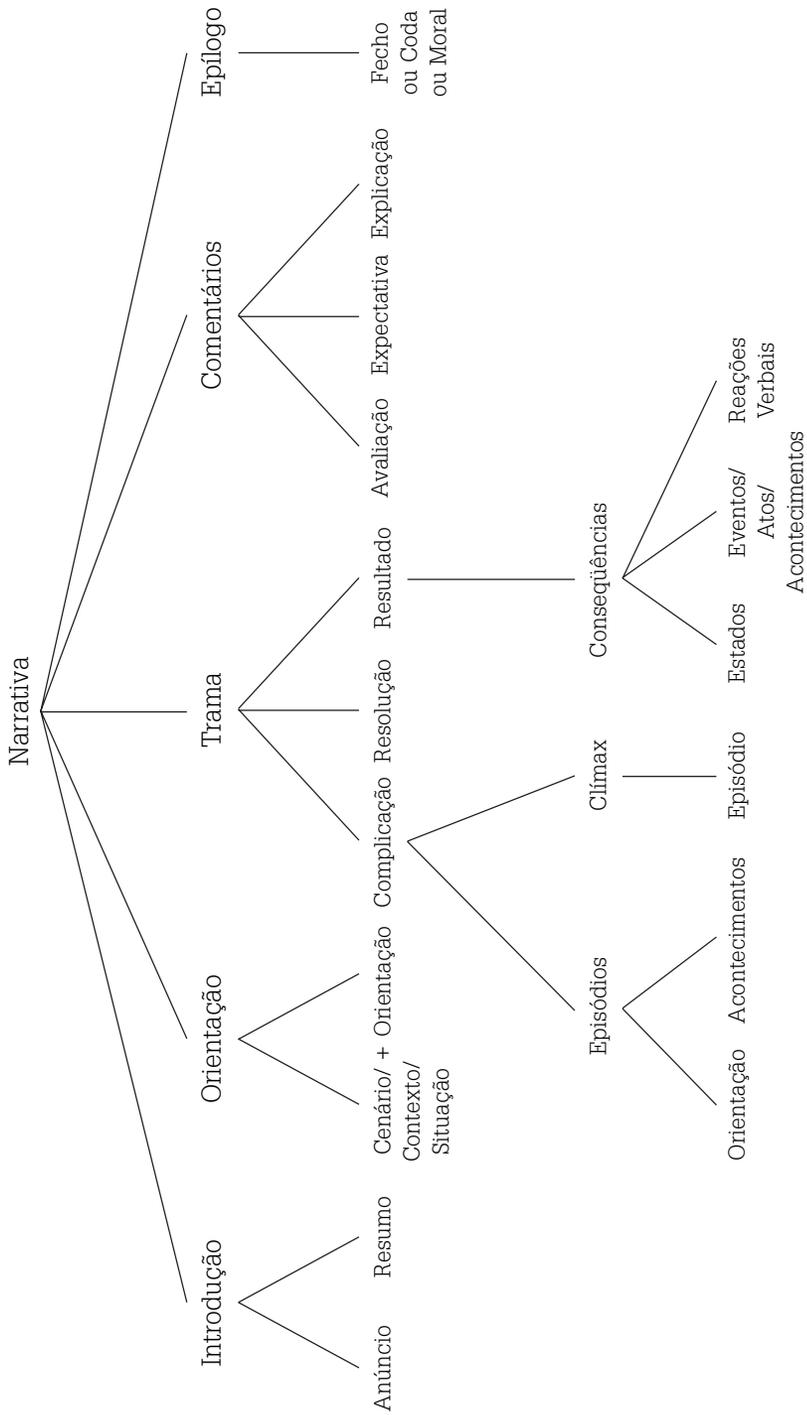
Vários elementos podem ser considerados quando pensamos em estrutura composicional. Vamos aqui falar de alguns já observados por nós na caracterização de categorias de texto (tipos, gêneros e espécies), com alguns exemplos, lembrando mais uma vez que os exemplos não pretendem ser exaustivos nem em relação à categoria, nem em relação ao critério ou parâmetro enfocado.

No que diz respeito ao parâmetro da **estrutura composicional**, o primeiro critério a lembrar é a **superestrutura**, de importância fundamental na caracterização de categorias de texto. Assim, por exemplo, os textos que têm o **tipo narrativo** como necessário e dominante em sua composição e são da **espécie história** (por exemplo, romance, conto, novela – literária, de rádio, de TV –, conto, conto de fadas, fábula, apólogo, parábola, piada, lenda, mito, caso, fofoca, biografia, epopéia, poema heróico, etc.) encaixam-se todos na superestrutura geral, proposta por Travaglia (1991) e apresentada no esquema 1.

A “complicação” e a “resolução” são as únicas partes ou categorias obrigatórias da superestrutura da narrativa história. Assim, é possível fazer um texto narrativo história com apenas duas orações, como em (2). São recursivas, podendo aparecer várias vezes: a) a introdução, a complicação, o clímax, os comentários, os resultados, quando há várias linhas ou cadeias de episódios; b) a orientação que pode aparecer para cada novo episódio ou cadeia de episódios.

(2) O meu filho adoeceu com cinco anos e morreu em um mês.

Todas as partes ou categorias da superestrutura que são opcionais podem ou não se realizar, conforme o gênero e quando isto é sistemático faz parte da caracterização do mesmo.



Esquema 1 – Superestrutura da narrativa história

Todas as categorias da superestrutura podem realizar-se de modo diferente, conforme o gênero, o que certamente é importante para caracterizá-lo. Assim, por exemplo, a **piada** geralmente só tem uma pequena orientação quando necessária para tipificar minimamente o(s) personagem (ns) e a situação com a(s) características fundamentais para o estabelecimento do humor (Ver no exemplo 1 o trecho “A mulher está na festa com um bellissimo solitário de dois quilates no dedo.”) e um ou alguns poucos episódios, geralmente com uma resolução que chega rápido. Já um **romance** será constituído de um grande número de episódios, geralmente organizados em várias cadeias paralelas ou não no tempo em diferentes núcleos de personagens. A orientação vai aparecer recursivamente em muitos momentos. Podemos ter comentários diversos para episódios diferentes ou cadeias deles, geralmente do tipo avaliação e explicação, mas pouco provavelmente do tipo expectativa. Os resultados (conseqüências) que aparecem são os estados e eventos/atos/acontecimentos, mas muito pouco provavelmente o resultado do tipo reações verbais. Vários climaxes e resoluções intermediários ou secundários podem acontecer representando episódio(s) que mantém (mantêm) o interesse pela narrativa e que estabelece(m) as condições para um acontecimento posterior. O comentário do tipo expectativa e o resultado do tipo reações verbais, que são pouco prováveis no romance, já são bastante freqüentes na **notícia** quando ela é uma narrativa da espécie história. Arantes (2006), estudando a caracterização de três gêneros muito próximos (a **fábula**, o **apólogo** e a **parábola**) que são compostos em fusão pelos tipos narrativo e argumentativo “*stricto sensu*”, evidencia que há diferenças no modo de realização da superestrutura do esquema 1, o que os caracteriza e diferencia. Assim, segundo Arantes (2006, p.103), nenhum desses gêneros apresenta a introdução. Nos três, a orientação, a complicação e a resolução aparecem do mesmo modo. Todavia, nos resultados Arantes (2006, p.105-106, 110) observou uma certa preferência conforme o gênero: a) nos **apólogos** o resultado é preferencialmente do tipo *estado* (50%), mas apresentados em uma reação verbal. Ainda ocorreram 20% de resultados do tipo reação verbal e 30% de eventos; b) nas **fábulas** o resultado mais comum (56,7%) foi do tipo *reações verbais*. A autora ainda encontrou 10% de estado nos resultados e 33,3% de eventos; c) nas **parábolas** o tipo de resultado mais freqüente foi o do tipo *evento/acontecimento* (76,7%), mas encontrou-se 16,7% de resultados do tipo reação verbal e 6,7% de estados. Essa autora encontrou ainda diferenças significativas na forma de argumentar e no tipo de argumento utilizado, o que nos parece ter a ver também com a estrutura composicional (Ver mais adiante neste mesmo item).

De acordo com o que foi proposto em Travaglia (1991, p.237, 239, 1992), a superestrutura de um texto do tipo **injuntivo** é constituída de três partes ou apresenta três categorias esquemáticas, a saber:

a) o **elenco** ou **descrição** em que se apresentam os elementos a serem manipulados na ação a ser feita. Pode-se dar apenas uma lista desses elementos (V. ingredientes das receitas culinárias) ou pode-se listá-los e descrevê-los, como nos manuais de instrução em que, comumente, a descrição é substituída por fotos ou desenhos com indicação dos nomes das partes seguida ou não de indicação de sua função;

b) a **determinação** ou **incitação** em que aparecem as situações a cuja realização se incita ou por determinação ou desejo. Aqui teríamos a injunção em si;

c) a **justificativa**, **explicação** ou **incentivo** em que se dá razões para a realização das situações especificadas em **b**.

Estas partes não têm ordem fixa e podem se intercalar. A única parte obrigatória é a determinação, mas às vezes o produtor do texto apenas dá a justificativa ou explicação e a determinação fica implícita, sendo deduzível através de inferências. Isto é comum em horóscopos (V. exemplos de 224).

(224) a) Câncer/saúde: "A dieta da Lua é especialmente recomendada para as cancerianas" (Horóscopo da revista Elle. Ano 2, nº. 10. São Paulo, Ed. Abril, outubro 1989:209).

b) Carneiro/pessoal: "A amizade exige às vezes discrição e sacrifícios." (texto nº. 51).

c) Touro/pessoal: "Dia favorável para transformar sua casa." (texto nº. 51)

(TRAVAGLIA, 1991, p.237)

Travaglia (1991, 1992) observa que a parte do **elenco ou descrição** é sempre descritiva, a **determinação** ou **incitação** é sempre injuntiva e a **explicação**, **justificativa** ou **incentivo** pode ser descritiva, dissertativa ou narrativa. Desse modo, os gêneros que são necessária e predominantemente injuntivos (mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental: por exemplo, como dirigir sob neblina, etc.) vão apresentar esta superestrutura em seu todo ou em parte de sua superestrutura própria.

Vimos a superestrutura de tipos que vão influir nos gêneros que o tipo compuser. Vejamos a superestrutura de um gênero: **o requerimento**, cujo conteúdo é sempre uma solicitação de algo a que se tem direito por lei. O requerimento apresenta em nossa sociedade a seguinte superestrutura:

- a) especificação da autoridade e/ou órgão a quem se dirige a solicitação;
- b) *qualificação do solicitante*;
- c) **especificação do que está sendo solicitado**;
- d) especificação do que sustenta o direito e/ou qual a lei que lhe dá o direito, se esta não for amplamente conhecida para o caso em questão e as condições que você preenche de acordo com a lei;

- e) **especificação de para quem e para onde deve ir a resposta (opcional e se necessário);**
- f) fecho tradicional;
- g) **local e data;**
- h) assinatura do solicitante acima da especificação do seu nome e da condição que ocupa e que é pertinente no caso, se for necessário.

Veja no exemplo (3) abaixo a realização dessa superestrutura: o tipo de letra indica a correspondência com a parte ou categoria acima com o mesmo tipo de letra.

- (3) Prof. Dr. José XPTO
Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais

Luiz Carlos Travaglia, brasileiro, casado, carteira de identidade M-275.907, MASP 212.217, lotado na Escola Estadual de Uberlândia como contratado – Uberlândia – MG, tendo sido aprovado em concurso de habilitação para o magistério de Ensino Fundamental e Médio, conforme publicação no Diário Oficial do dia 12/11/2006, página 06, coluna 03, e tendo o título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, conforme atesta cópia autenticada do diploma (em anexo), vem, muito respeitosamente, requerer/solicitar a V. Exa. sua nomeação para o referido cargo e sua lotação como efetivo na Escola Estadual de Uberlândia.

Nestes termos,
Aguarda deferimento

Uberlândia, 22 de novembro de 2006

Luiz Carlos Travaglia
Professor contratado da Escola Estadual de Uberlândia

Várias espécies do gênero correspondência (carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete, cartão, etc.) geralmente são caracterizadas por aspectos formais, particularmente de superestrutura. Assim, a **carta** vai apresentar a seguinte superestrutura, em que os parênteses indicam uma categoria ou parte opcional:

- 1) A superestrutura da carta é mais ou menos a seguinte:⁸
 - a) local e data;
 - b) vocativo;
 - c) (saudação) / introdução
 - d) corpo

⁸ Adaptado de Yagüe (2002) apud Gomes (2002, p.35).

- e) despedida
- f) assinatura
- g) (pós-escrito)
- h) (notas)

2) Para Gomes (2002), o gênero carta teria a seguinte estrutura retórica:

Função 1: **Estabelecer contato**

Subfunção 1: situar o tempo e o espaço da produção (*local e data*)

Subfunção 2: definir o interlocutor / destinatário (*vocativo*)

Subfunção 3: assegurar o contato (*saudação*) / *introdução*)

Função 2: **Realizar propósito**

Subfunções: o número e o tipo de subfunção depende do(s) tópico(s) e objetivos da carta. (*corpo*)

Função 3: **Finalizar contato**

Subfunção 1: despedir-se (*despedida*)

Subfunção 2: identificar-se (*assinatura*)

Pós-escrito e notas geralmente têm função de complementação do corpo

Ainda é preciso considerar que, no que diz respeito à composição dos gêneros pelos tipos, determinadas categorias da superestrutura são formuladas/compostas por determinadas categorias de texto específicas e, portanto, atenderão às determinações deste fator tipológico em sua formulação, apesar de o texto como um todo se definir pela dominância como de um tipo, gênero ou espécie que não coincide com aquele da parte ou categoria da superestrutura. Assim, na superestrutura da narração história temos o seguinte:

- a) a orientação e o resultado (estado) são descritivos;
- b) o anúncio, o resumo, a complicação, a resolução, o resultado (eventos, atos, acontecimentos, algumas reações verbais) e o epílogo ou conclusão (fecho) são narrativos e os comentários (expectativas) geralmente são narrativos preditivos;⁹
- c) os resultados (as reações verbais em sua maioria), os comentários (avaliação e explicação) e o epílogo ou conclusão (coda e moral) são dissertativos.¹⁰

Algumas categorias de texto incluem **outros aspectos nesta superestrutura**. Assim, alguns gêneros e espécies que são narrativas história incluem

⁹ Sobre textos preditivos ver Fávero e Koch (1987) e Travaglia (1991).

¹⁰ Sobre a relação entre partes ou categorias de superestruturas e elementos tipológicos ver Castro (1980) e Travaglia (1991, item 6.4).

personagens típicos ou prototípicos. É o caso dos **contos de fadas** (reis e rainhas, príncipes e princesas, fadas, bruxas, objetos e animais mágicos ou fantásticos) e das **piadas** (o português e a loira burros, o judeu e o árabe avarentos, o papagaio e o mineiro espertos, o genro e sogra que se odeiam, etc.). Os romances da espécie de **ficção científica** normalmente incluem aparelhos e recursos de alta tecnologia, descobertas científicas ainda não existentes no mundo real, seres alienígenas, geralmente episódios com ocorrência no futuro; já os **romances policiais** trazem sempre as figuras dos policiais, detetives, criminosos e vítimas. A tradição costuma caracterizar fábulas, apólogos e parábolas dizendo que têm como personagens respectivamente animais, objetos inanimados e pessoas. Todavia, Arantes (2006, p.101) observou que, embora haja realmente uma maior frequência desses tipos de personagens nesses gêneros, eles não são exclusivos. No *corpus* estudado ela encontrou os seguintes números: a) **fábulas**: 71% animais, 7% objetos e 22% pessoas; b) **apólogos**: 60% objetos, 20% animais e 20% pessoas; c) **parábolas**: 72% pessoas, 15% animais e 13% objetos. Tavares (1974, p.237-238) afirma que a **epopéia** se caracteriza pela presença necessária de dois tipos de personagens: o herói nacional e os deuses (pagãos ou entidades cristãs) que aparecem pela necessidade de grandeza e majestade do poema. Vimos que os **milagres** sempre têm santos como personagens.

Além da superestrutura, outros elementos de estruturação do texto são considerados como critérios dentro do parâmetro da estrutura composicional.

Estamos nos referindo, por exemplo, ao que temos na caracterização de algumas espécies do gênero **poema** do tipo lírico: a) **acróstico**: as letras iniciais dos versos lidas na vertical formam um nome ou frase; b) **balada**: poema composto de três oitavas e uma quadra final, às vezes substituída por uma quintilha, que é o ofertório, versos octossílabos, três rimas cruzadas ou variáveis; c) **soneto**: composição de quatorze versos, distribuídos em duas quadras e dois tercetos, sendo o último verso chamado de "chave de ouro" por conter a essência do poema; d) **haicai**: poema de forma fixa com estrofes de três versos com um total de dezessete sílabas métricas assim distribuídas: primeiro verso: cinco sílabas; segundo verso: sete sílabas; terceiro verso: cinco sílabas); etc.

Estas características relativas:

- 1) à **disposição de elementos do texto**, como no caso das letras iniciais dos versos no acróstico e das palavras em poemas figurativos;
- 2) a **elementos de versificação**, tais como: a) número de versos e tipos de verso quanto ao número de sílabas métricas e o ritmo (heróico, alexandrino, sáfico, redondilha maior, redondilha menor, octossílabo, etc.); b) número de estrofes e tipo de estrofe quanto ao número de versos (dístico, quadra/

quarteto, quintilha, oitavas, etc); c) esquemas de rimas (emparelhadas, alternadas, continuadas, etc.) e tipos de rima (consoante, toante, interna, etc.);

quando seu uso for obrigatório ou altamente freqüente na categoria de texto, seriam incluídas entre os elementos caracterizadores dentro do parâmetro da estrutura composicional.

Outro elemento importante para caracterização dos gêneros, na dimensão da estrutura composicional, é a sua **composição por tipos e espécies**. Aqui parece importar quais tipos entram na composição de um gênero, como esses tipos se relacionam (Ver Introdução) e sua distribuição ou não por partes ou categorias da superestrutura do gênero. Já apresentamos alguns exemplos desse fato ao comentar que as **narrativas história** podem ser compostas pelos tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, em conjugação, e o narrativo é dominante (daí se dizer que temos um gênero narrativo) e os outros aparecem subordinados a ele. Além disso, ao falar da superestrutura da narrativa histórica, vimos que as partes da superestrutura são realizadas preferencialmente por um desses tipos de acordo com o especificado. Na verdade, como essas partes ou categorias da superestrutura se realizam vai distinguir gêneros, como já registramos e exemplificamos com os apólogos, fábulas e parábolas. Vimos também que os **gêneros injuntivos** são compostos, em conjugação, por trechos dos tipos descritivo, na parte da superestrutura que chamamos de elenco ou descrição; injuntivo (que é necessário e dominante para o gênero), na parte da “incitação”; e descritivo, narrativo ou dissertativo, na parte da “justificativa”. É o caso também do **editorial** (composto necessariamente pelo dissertativo e argumentativo “stricto sensu”, em cruzamento ou fusão, e mais o descritivo, narrativo e injuntivo, em conjugação), da **piada** (composta pela fusão dos tipos narrativo e humorístico) e dos **apólogos, fábulas e parábolas** (compostos sempre em fusão pelos tipos narrativo e argumentativo “stricto sensu”). Os **gêneros preditivos** (como programas de viagem ou outros programas, boletins meteorológicos e astronômicos, profecias, etc.) sempre serão compostos necessariamente pelo tipo preditivo geralmente em fusão com o descritivo ou o narrativo e às vezes o dissertativo. Um gênero como o **atestado** será sempre composto pelo tipo narrativo ou pelo tipo descritivo, mas se define como atestado em função de seu objetivo ou função dado por um ato de fala.

No Quadro 1,¹¹ apresentamos exemplos de gêneros necessariamente compostos por determinados tipos como dominantes.

Tipo	Exemplos de gêneros necessariamente compostos por um tipo em termos de dominância
Descritivo	Até 2003, não observáramos nenhum gênero necessariamente descritivo. Atualmente incluímos a qualificação ¹² e o classificado. ¹³
Dissertativo	Tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência, artigo de divulgação científica, etc.
Injuntivo	Mensagem religiosa-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental (ex.: como dirigir), etc.
Narrativo	Atas, notícias, peças de teatro, romances, novelas (literárias, de rádio e TV), contos, contos de fadas, fábulas, apólogos, parábolas, mitos, lendas, anedotas, piadas, fofoca, caso, biografia, epopéia, poema heróico, poema burlesco, etc. Podem ser incluídos aqui os gêneros em que há fusão com o tipo dramático: comédia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, ópera, vaudeville, etc.
Preditivo	Boletins meteorológicos e astronômicos, profecias, programas, etc.
Humorístico	Piada, comédia, farsa, esquete humorístico, etc.
Lírico	<i>Espécies:</i> ¹⁴ Soneto, madrigal, ditirambo, elegia, poemas bucólicos (écloga, idílio), haicai, ode, acróstico, balada, epitalâmio, hino, vilancete, acalanto, barcarola, canto real, trova.

Quadro 1 – Gêneros necessariamente compostos por um tipo

Como se pode perceber, ao caracterizar os gêneros, será sempre importante observar: a) quais tipos entram em sua composição; b) se o fazem fundindo-se ou conjugando-se. Até onde pudemos observar, parece que o intercâmbio não é caracterizador de nenhuma categoria de texto, mas apenas um recurso utilizado para criação de certos efeitos na interação comunicativa feita por meio do texto; c) se quando se conjugam algum dos tipos é dominante ou não e qual o papel dos demais; d) se os tipos estão ou não correlacionados com partes da superestrutura.

Outro aspecto de estrutura composicional que geralmente é utilizado na caracterização dos gêneros é a **dimensão**: o tamanho médio dos textos daquele

¹¹ Este quadro é baseado no Quadro 3 de Travaglia (2007a, p.109) com acréscimos e modificações.

¹² Segundo proposta de Pimenta (2007).

¹³ Segundo proposta de Silva (2007).

¹⁴ Apesar do quadro falar em gêneros, para o tipo lírico temos espécies, segundo a definição de Travaglia (2001, 2007a). Essa lista de espécies foi tomada a Tavares (1974, p.269-312).

gênero. Embora nunca se possa estabelecer e nunca se estabeleça um tamanho exato para um gênero há um padrão esperado de dimensão. Assim, por exemplo, uma epopéia (como “Os Lusíadas” de Camões) é sempre muito maior que um “poema heróico” (como o “Uruguai” de José Basílio da Gama, “Caramuru” de S. Rita Durão, “I-Juca Pirama” de Gonçalves Dias, “Navio Negreiro” de Castro Alves, “O Caçador de Esmeraldas” de Olavo Bilac, “Juca Mulato” de Menotti del Picchia)¹⁵. Do mesmo modo se espera que um romance seja muito maior que um conto. Vimos anteriormente que uma piada é sempre constituída de um ou poucos episódios, caracterizando-se por ser uma narrativa bem curta. São também narrativas curtas os apólogos, fábulas e parábolas que, geralmente, são menores que um conto. Nas programações de cinema os textos do gênero resumo de filme são bem curtos, do mesmo modo que os classificados. Como vimos, o brinde é um tipo de discurso sempre muito breve.

Certamente muitos dirão que este critério é problemático. Não se pode deixar de concordar com tal afirmação, mas também não se pode deixar de reconhecer que a dimensão do texto de dado gênero é caracterizadora do mesmo. Basta pensar que ninguém imaginará ser um conto, uma fábula, um apólogo, uma parábola, um caso, um texto narrativo de duzentas páginas impressas em um livro. Além disso, convém lembrar que alguns gêneros podem apresentar dimensão muito variável. É o caso do conto de fadas, que não tem a dimensão como um critério válido em sua caracterização, pois se tem contos de fada curtos e contos de fada bastante longos. Nesse caso, ainda acresce o problema de caracterização criado por adaptações e versões facilitadas desses contos que geralmente reduzem, e muito, a sua dimensão.

Um outro critério que podemos colocar como pertencendo ao parâmetro da estrutura composicional é o que a Teoria Literária propôs como uma classificação das obras quanto à composição (TAVARES, 1974, p.116): texto **representativo** versus **expositivo**, podendo aparecer ainda os textos **mistos**. Assim, por exemplo, os gêneros teatrais, compostos pelo tipo dramático (comédia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, etc.) são quase todos representativos em oposição aos gêneros narrativos (Ver Quadro 1), que são basicamente expositivos, podendo ter trechos representativos. Já os gêneros dissertativos (Ver Quadro 1) parecem ser essencialmente expositivos. Outros gêneros essencialmente representativos são as histórias em quadrinhos, as tiras, os filmes e os textos dramáticos quando encenados no teatro. No representativo, a forma essencial parece ser o diálogo e, no expositivo, o monólogo, mas não é só isso que caracteriza um texto como expositivo ou representativo. Na verdade, o representativo, como o nome diz, faz com que o receptor do texto tenha diante de si uma reprodução de determinada situação, enquanto no expositivo tem-se um relato ou um

¹⁵ A classificação destes textos como poemas heróicos é tomada a Tavares (1974, p.259-265).

comentário da situação, mas não há, por exemplo, nos gêneros narrativos não-dramáticos, uma reprodução da situação como se o receptor do texto, o alocutário, presenciasse o transcorrer dos fatos. A composição representativa aparece também em gêneros que utilizam diversas linguagens, como os quadrinhos, as tiras, os filmes, as óperas e os gêneros teatrais quando encenados. O uso de diversas linguagens nos permite passar para outro critério de estrutura composicional.

A(s) **linguagem(ns)** que entra(m) na composição do gênero é um outro critério da estrutura composicional importante para a caracterização dessas categorias de texto. Quase todos os gêneros que citamos até agora são compostos exclusivamente pela língua. Todavia, podemos lembrar alguns exemplos em que a presença de várias linguagens é caracterizadora dos gêneros: a) as **histórias em quadrinhos** e as **tiras** são compostas pela linguagem verbal (língua), geralmente dialogada, e pelas imagens em desenhos, que representam outras formas de linguagem utilizadas na interação face a face, como gestos e expressões fisionômicas. Em alguns casos, esses gêneros lançam mão também das cores para sugestão, por exemplo, de atmosferas, sentimentos, estados de espírito; b) os **filmes** e **novelas de televisão** utilizam uma grande número de linguagens: língua, gestos, expressões fisionômicas, imagens (em desenho ou fotografia), música, luz e suas variações, cores e, menos sistematicamente, arquitetura, escultura, dança e determinados sons que evocam elementos psicológicos ou onomatopeízam sons e ruídos da realidade representada; c) os **textos publicitários** podem usar linguagens diversas, mas parece que não obrigatoriamente, e há diferenças entre as publicidades impressas e aquelas apresentadas por meio de filmes e vídeos; d) A linguagem básica das **notícias e reportagens**, seja impressa, seja nos telejornais e outras formas de transmissão possíveis, é a língua. As outras formas de linguagem (imagem – desenhos e fotos, música, sons, cores, gestos, expressões fisionômicas, etc.) parecem ter um papel de apoio, ilustração, esclarecimento, complementação, etc. (isso precisa ser estudado mais detidamente); e) o gênero jornalístico “**texto legenda**” foi caracterizado por Silva (2007, p.132) como uma variedade de notícia em que se tem “uma foto e um texto que a explica e relata o fato/evento noticiado” e pode funcionar como outro gênero jornalístico, “a chamada”. Portanto, é um gênero composto por duas linguagens: a língua e a imagem (geralmente foto).

Publicidades geralmente usam a língua, as imagens – desenhos, fotos – (nas impressas e em filmes) e todas as linguagens usadas nos filmes, quando são publicidades em vídeo. Contudo, não há uma obrigatoriedade de nenhuma linguagem, daí podermos hipotetizar que as linguagens utilizadas pela publicidade não são caracterizadoras. Isso pode ser o caso para outras categorias de texto.

Finalmente, mas sem dizer que esgotamos os critérios relacionados à estrutura composicional, queremos lembrar que outros elementos podem ser

vistos como parte da estrutura composicional de uma categoria de texto. Não há como referenciar, num artigo como este, todos os elementos que podem entrar aqui, até porque seria preciso ter caracterizado todas as categorias existentes e ter conhecimento de todas essas caracterizações. Queremos aqui exemplificar com o caso do **tipo de argumento** que é geralmente usado em determinados gêneros, além de outros elementos relacionados à argumentação e que caracterizam o gênero, seja em oposição a outro ou não.

Segundo Arantes (2006), nos **apólogos** o tipo de argumento mais usado é a comparação (95%, sendo 80% de comparação em si e 15% de argumento do sacrifício, para ela um tipo de comparação); nas **fábulas** a argumentação é feita principalmente com argumentos pelo exemplo (73,3%) e pragmáticos que têm a ver com a consequência (26,7%), e ainda os argumentos de autoridade (10%); e nas **parábolas** a argumentação usa sobretudo argumentos pela analogia (56,7%), pelo exemplo (10%) pela comparação, justiça e reciprocidade (6,7% cada).¹⁶ Essa autora ainda observou outras diferenças relativas ao como a argumentação é feita nesses três gêneros com referência a acordos ou pontos de partida da argumentação e ao auditório. Esses elementos são importantes para distinguir esses gêneros tão próximos em sua função ou objetivo sócio comunicativo e em sua constituição por tipos.

Parreira (2006, p.144-152), estudando o uso de operadores argumentativos no gênero jornalístico **editorial**, observa que os tipos de argumento mais usados pelos editoriais são os argumentos pragmáticos (51%), os por ilustração (25,3%), os por compatibilidade/incompatibilidade (11,7%) e por definição (6,8%) (PARREIRA, 2006, p.150, tabela 11) que juntos são responsáveis pela quase totalidade dos argumentos usados nesse gênero (94,89%), ficando apenas 5,11% para todos os outros tipos de argumentos (p.151, 152). Por outro lado, Parreira (2006) registra que 80,5% dos argumentos de um editorial são “argumentos fundamentados na estrutura do real” e 19,5% são “argumentos quase-lógicos”. Esses dados têm um reflexo na superfície textual quanto aos operadores argumentativos mais usados no editorial, o que relatamos no item 5, ao falar das características da superfície textual.

Outros elementos de constituição/composição das categorias, para os quais sejam observadas regularidades como as anotadas aqui, também podem entrar na caracterização das categorias pela estrutura composicional.

Creemos ser pertinente colocar aqui a questão sobre a **categoria de texto** ser **em prosa ou em verso**, o que consideramos como espécie por ser definido

¹⁶ Arantes (2006) registra outros tipos de argumento para cada gênero, mas que aparecem em porcentagem bem menor. As porcentagens às vezes ultrapassam 100% devido ao modo de computar os tipos de argumentos em cada gênero.

apenas pela forma. Muitas categorias se caracterizam por ser em verso (epopéia, poema heróico, poemas líricos, etc.), outras por ser em prosa (romance, conto, ata, atestado, editorial, etc.). Algumas tiveram uma forma e passaram a ser feitas em outra no correr da história. É o caso das fábulas, inicialmente apenas em verso e que depois passaram a ser em prosa e a ter versões em prosa de textos outrora em verso. É um critério que serve para distinguir grandes grupos de categorias, todavia ficamos em dúvida se ele se inclui no parâmetro da estrutura composicional ou no das características da superfície lingüística. Essa dúvida não faz com que o critério seja inválido enquanto tal, mas é apenas um problema de modelização teórica, com uma certa importância, mas que não inviabiliza o uso do critério em análises diversas. Em princípio, parece-nos ser um critério de estrutura composicional com conseqüências gerais na superfície lingüística, mas permanece a questão.

Objetivos ou função sócio comunicativa

O terceiro parâmetro para caracterizar as categorias de texto é seu **objetivo** e/ou **função sócio comunicativa**. Embora os gêneros sejam definidos por sua função sócio comunicativa, os tipos também apresentam objetivos. Esses objetivos ou funções sócio comunicativas são identificados por muitos como um ato ou macro-ato de fala (FÁVERO; KOCH, 1987).

Lembrando que a descrição e a dissertação são discursos do saber/conhecer e que a narração e a injunção são discursos do fazer/acontecer, Travaglia (1991, p.49-50) propõe que os objetivos do enunciador ou funções comunicativas desses tipos são:

- a) na **descrição** visa-se, ao caracterizar, dizer como é o objeto do dizer;
- b) na **dissertação** busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações;
- c) na **injunção** objetiva-se dizer a ação requerida, desejada, é dizer o que e/ou como fazer e assim incitar o alocutário à realização da situação;
- d) na **narração** o objetivo é contar, dizer os fatos, os acontecimentos, entendidos estes como os episódios, a ação em sua ocorrência.

Como se sabe, os textos do tipo **argumentativo “stricto sensu”** têm sempre por objetivo convencer e, mais ainda, persuadir o alocutário a fazer algo, ou a participar de certo modo de ver os fatos, os elementos do mundo. Busca-se a adesão do alocutário a algo. Já os textos **preditivos** buscam antecipar a ocorrência de situações por alguma razão.

Os objetivos do locutor/enunciador nos tipos de texto sempre configuram o alocutário/enunciatário de um certo modo. Para Travaglia (1991, p.50), na descrição, o alocutário se instaura como um “voyeur” do espetáculo; já na dissertação, ele deve ser um ser pensante, que raciocina; na injunção, ele é constituído como aquele que realiza aquilo que se requer ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça; e na narração o alocutário é aquele que assiste, o espectador não-participante que apenas toma conhecimento ou se inteira dos episódios ocorridos. É fácil perceber que o alocutário do tipo argumentativo “stricto sensu” é aquele que pode aderir ao que se espera (ação, idéia, sentimento, etc.) e o do tipo preditivo é aquele que deve crer, acreditar.

Como dissemos em Travaglia (2001, 2007a), o gênero se define por exercer uma função sócio comunicativa, que nem sempre é fácil especificar. Por exemplo, qual é o objetivo, a função sócio comunicativa de um romance? O objetivo/função pode variar conforme a época e, neste caso, mudaria a caracterização do gênero. Em muitos casos, todavia, é mais fácil perceber a função sócio comunicativa dos gêneros. Assim, por exemplo, em Travaglia (2002a), ao falar dos gêneros definidos por atos de fala, tratamos de 48 gêneros que se definem por atos de fala que representam exatamente sua função sócio comunicativa. Muitos deles apresentam funções básicas comuns, conforme foi mostrado pelo Quadro 2, que reproduzimos aqui.

	Grupos de gêneros	Função básica comum
01	Aviso, comunicado, edital, informação, informe, participação, citação	Dar conhecimento de algo a alguém
02	Acórdão, acordo, convênio, contrato, convenção	Estalecer concordância
03	Petição, memorial, requerimento, abaixo assinado, requisição, solicitação	Pedir, solicitar
04	Alvará, autorização, liberação	Permitir
05	Atestado, certidão, certificado, declaração	Dar fé da verdade de algo
06	Ordem de serviço, decisão, resolução	Decidir, resolver
07	Convite, convocação, notificação, intimação	Solicitar a presença
08	Nota promissória, termo de compromisso, voto	Prometer
09	Decreto, decreto-lei, lei, resolução	Decretar ou estabelecer normas
10	Mandado, interpelação	Determinar a realização de algo
11	Averbação, apostila	Acrescentar elementos a um documento, declarando, corrigindo, ratificando

Quadro 2 – Gêneros com função básica comum (TRAVAGLIA, 2002a, p.152, Quadro 2)

Os gêneros que apresentam a mesma função básica vão se distinguir por características de outros parâmetros e critérios. Veja no item Condições de produção, abaixo, uma proposta de distinção dos gêneros do grupo 5 (que objetivam “dar fé da verdade de algo”) por meio de características relativas a condições de produção.

Pimenta (2007) define os objetivos/funções de um grande número de gêneros forenses, como, por exemplo: a) **ordem de serviço**, a “função sócio-comunicativa deste gênero textual é detalhar o que o investigador deve fazer” (PIMENTA, 2007, p.90). É um gênero produzido pelo delegado de polícia e dirigido a investigadores policiais; b) a **denúncia** é um gênero produzido pelo Ministério Público, dirigido ao Juiz de Direito, com o objetivo de solicitar ao juiz (petição) que leve a julgamento dada pessoa por crimes relatados e qualificados no gênero (PIMENTA, 2007, p.110); c) a **citação** é um gênero produzido pelo Juiz de Direito cuja “função sócio-comunicativa é citar somente o réu ou acusado para comparecer em juízo e apresentar defesa” (PIMENTA, 2007, p.110); d) a **defesa prévia** é um “gênero textual redigido pelo defensor do acusado com a função sócio-comunicativa de negar os atos imputados ao réu e narrar os fatos segundo a defesa, neste momento, o réu pode inclusive negar todo seu depoimento contido no IP”¹⁷ (PIMENTA, 2007, p.113); e) **apelação**, que é um gênero textual que pode ser redigido tanto pela acusação quanto pela defesa e cujo objetivo/função é interpor recurso contra sentença proferida em primeira instância solicitando a uma instância imediatamente superior a reforma total ou parcial dessa sentença (PIMENTA, 2007, p.132); e f) o **ofício**, que é um gênero “redigido pelo escrivão da secretaria da vara criminal ao Instituto de Identificação e Estatística” com o objetivo de “comunicar sobre a remessa dos autos ao juiz competente” (PIMENTA, 2007, p.145).

Creemos que esses exemplos são suficientes para deixar claro como é a questão dos objetivos ou funções sócio comunicativas para a caracterização de categorias de texto. As espécies parecem não ter objetivos específicos, mas sempre incorporam o(s) objetivo(s)/função(ões) dos tipos e gêneros a que se ligam.

Características da superfície lingüística do texto

As características da superfície lingüística do texto, a que Bakhtin (1992) chamou de estilo, são elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística, do que muitos chamam de superfície lingüística. Essas características podem referir-se a qualquer plano da língua (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático) ou nível (lexical, frasal, textual).

¹⁷ IP = inquérito policial.

É preciso que fique claro que a caracterização por meio desse parâmetro não se refere pura e simplesmente ao **recurso lingüístico** utilizado, mas também a sua relação com as propriedades da categoria. Estamos chamando de **propriedades**, por exemplo, as perspectivas definidoras dos tipos, a instauração de locutor e alocutário enquanto enunciadores (produtores de uma enunciação contextualizada e condicionada pelos contextos de situação e sócio-histórico-ideológico, por objetivos de interação, etc., enfim, considerando-se as condições de produção), os objetivos/funções das categorias de texto, os objetivos/funções definidores de gêneros, etc. Assim, por exemplo, se tomarmos a forma verbal “*presente do indicativo*” que aparece nos textos narrativos (história ou não-história), injuntivos, dissertativos e descritivos dos mais variados gêneros, veremos que ela exerce papéis ou funções diferentes em cada caso. Na narrativa passada, pode ter papel de relevo emocional; na narrativa presente real, sua função é marcar a relação entre o tempo da enunciação e o referencial como simultâneo; na narrativa de presente “histórico”, dar aparência de atualidade e forte presenciamento pelo alocutário dos episódios narrados; nos textos dissertativos e descritivos em conjugação com o aspecto imperfectivo,¹⁸ a função é marcar a simultaneidade referencial das situações que aparecem no texto; além disso, nos textos dissertativos, em conjugação com os aspectos indeterminado ou habitual, tem o papel de estabelecer uma duração ilimitada das situações, o que produz o efeito anotado para este tipo de texto de “verdade eterna” ou validade por todos os tempos. Por isso mesmo, nos textos dissertativos, essa forma não marca tempo presente, mas onitemporal. Já nos textos injuntivos, essa forma aparece com valor de futuro e, em conjugação com modalidades como ordem, obrigação, proibição, necessidade, volição, produz o efeito de incitação à realização de algo (TRAVAGLIA, 1991).

Vamos apresentar outros exemplos de características ligadas a esse parâmetro.

Considerando os tipos propostos por Weinrich (1968), no Português, para os dois tipos, temos grupos de verbos que seriam, segundo Koch (1984), os seguintes:

- a) *textos do mundo narrado* (em que a perspectiva é de não comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito (simples e composto) do indicativo, futuro do pretérito (simples e composto);
- b) *textos do mundo comentado* (em que a perspectiva é de comprometimento do locutor/enunciador com o que diz): presente do indicativo, pretérito perfeito composto, pretérito perfeito simples (retrospectiva), futuro do presente simples e composto.

¹⁸ Estamos utilizando o quadro de aspectos proposto por Travaglia (1981).

Como se sabe, Weinrich ainda agrupa as formas verbais de cada tipo de texto segundo uma perspectiva comunicativa (grau zero, prospecção, retrospecção) e relevo (primeiro e segundo planos).

Isso nos dá, por exemplo, uma diferença importante entre uma descrição com o presente do indicativo e uma descrição com o pretérito imperfeito do indicativo. Na primeira, que será do mundo comentado, o falante pode, numa interação, ser cobrado pelo interlocutor em termos de responsabilidade pelo que disse. Já com a descrição no pretérito imperfeito, isso não será possível.

Em Travaglia (1991), estudamos o funcionamento textual-discursivo do verbo no Português do Brasil e observamos que o uso dos tipos de verbos e situações por eles indicadas e das formas e categorias verbais é altamente regulado pelos quatro tipos de textos que utilizamos na análise (descrição, dissertação, injunção e narração), havendo uma correlação clara entre propriedades e marcas lingüísticas na formulação de cada tipo de texto. Alguns fatos são apresentados a seguir, em forma resumida e bastante simplificada:¹⁹

A) Textos descritivos

- a) contrariamente ao que se tem proposto, a descrição se faz sobretudo com verbos dinâmicos.²⁰ Os estáticos aparecem muito na descrição estática, mas eles não são a maioria;
- b) os únicos verbos gramaticais que aparecem são os de ligação, sobretudo na descrição estática, daí o alto número de frases nominais, que aparecem também sem verbo;
- c) aparecem verbos enunciativos ligados à visão, já que se instaura o interlocutor como “voyeur”: ver, perceber, notar, observar, admirar, avistar (todos em sentido sensorial);
- d) os textos descritivos só são possíveis com o aspecto imperfectivo, sendo que na descrição narradora aparecem os aspectos durativo e iterativo (de duração limitada) e na descrição comentadora,²¹ os aspectos indeterminado e habitual (de duração ilimitada). A descrição ainda é caracterizada pelos aspectos começado e cursivo;
- e) por ser um tipo de texto do conhecer, o predomínio quase total é da modalidade epistêmica da certeza. Às vezes aparece a possibilidade (menos de 1%);
- f) a hipótese de Travaglia (1991, p.261) é “de que o tempo²² para a descrição será dado sempre pela relação entre o tempo referencial e

¹⁹ Permitam os leitores que repitamos aqui um resumo feito em Travaglia (2002b).

²⁰ Utiliza-se aqui a classificação de verbos proposta por Travaglia (1991, capítulo 3).

²¹ Sobre a distinção entre descrição narradora e comentadora ver o item sobre o tipo descritivo, acima, e Travaglia (1991, capítulo 2 e item 6.3.1).

²² Entenda-se aqui a categoria de tempo e não as formas verbais. Para nós (TRAVAGLIA, 1991), o verbo no português faz as seguintes marcações temporais: passado, passado até o presente, presente, presente para o futuro, futuro, onitemporal; além, é claro, da ausência de marcação temporal.

o da enunciação²³: a) passado para as descrições passadas” (estáticas e dinâmicas, narradoras e comentadoras) (observou-se ocorrência de 100%); b) “onitemporal para as descrições presentes de comentário” (estáticas ou dinâmicas) (observou-se ocorrência de 100%); c) “presente para as descrições presentes de narração”; e d) “futuro para as descrições futuras”.²⁴

B) Textos dissertativos

- a) são os textos com maior porcentagem de verbos gramaticais, sobretudo os auxiliares modais das mais diferentes modalidades, os ordenadores textuais, as expressões e os verbos de relevância. Estes seriam caracterizadores dos textos dissertativos;
- b) contêm todos os tipos de verbos: dinâmicos, estáticos e gramaticais;
- c) aparecem os verbos enunciativos de pensar, já que se instaura o interlocutor como ser pensante, que raciocina: pensar, achar, saber, parecer, etc;
- d) os textos dissertativos só podem ser formulados com os aspectos imperfectivo, começado, cursivo e os de duração ilimitada (indeterminado e habitual), já que pretendem apresentar fatos como válidos para todos os tempos;
- e) como um texto do conhecer conceitual, é o tipo de texto com o maior número de modalidades presentes, mas predominam as modalidades da certeza (83,7%), da possibilidade (10,37%) e da probabilidade (4,08%). Ainda aparecem obrigatoriedade, permissibilidade, necessidade e volição (todas com menos de 1% e como objeto de análise);
- f) aparecem todos os tempos verbais (categoria), mas a predominância é do onitemporal (67,85%) ou do tempo não marcado (21,86%), seguidos do futuro (4,18%), do presente (3,21%) e do passado até o presente (1,61%) nesta ordem. A marcação de presente para o futuro não apareceu. Entende-se a predominância do onitemporal e do não-marcado, tendo em vista as propriedades da dissertação de apresentar idéias vistas como válidas para todos os tempos, o conhecer abstraído do tempo. A marcação de passado até o presente parece ser característica do texto dissertativo.

C) Textos injuntivos

- a) aparecem auxiliares modais de modalidades imperativas, sobretudo ordem, obrigação e prescrição;
- b) são constituídos essencialmente de verbos dinâmicos (ações);
- c) aparecem verbos enunciativos mais no discurso indireto, e ligados à condição do produtor do texto de incitador e do receptor de potencial executor das ações: mandar, ordenar, determinar, pedir, suplicar, sugerir, recomendar, etc.

²³ Travaglia (1991, capítulo 5) propõe e distingue três tipos de tempos envolvidos na formulação dos textos: o referencial, o do texto e o da enunciação.

²⁴ As porcentagens referem-se aos verbos com a categoria de tempo atualizada. Para os casos que não se apresentam porcentagens, o autor considerou os dados encontrados não significativos quantitativamente, mas confirmando a hipótese.

- d) são marcados pela não atualização do aspecto;
- e) só são possíveis com as modalidades imperativas (obrigação, permissão, ordem, proibição, prescrição) e com a volição e que são características dos textos injuntivos;
- f) o tempo característico é o futuro independentemente da forma verbal (100% dos verbos com tempo atualizado).

D) Textos narrativos

- a) os verbos gramaticais predominantes são os marcadores temporais e os auxiliares aspectuais, o que é coerente com a propriedade dada pela perspectiva de inserção no tempo e também os auxiliares semânticos (que dão detalhes ou nuances dos fatos narrados);
- b) são constituídos essencialmente por verbos dinâmicos (ações, fatos, fenômenos, transformativos);
- c) aparecem verbos enunciativos de contar e assistir, já que o produtor é o contador e o receptor é o assistente dos episódios: presenciar, assistir, ver (tudo/o que acontecer/suceder/ocorrer), contar, relatar, narrar, falar/dizer (tudo/o que acontecer/ suceder/ocorrer);
- d) só são possíveis com o aspecto perfectivo que caracteriza a narração. Dos aspectos de duração, os mais característicos da narração são o durativo, o iterativo e o pontual;
- e) as modalidades características desse tipo de texto são a certeza e a probabilidade, uma vez que são os textos que dão a conhecer os acontecimentos;
- f) também para a narração o tempo atualizado depende da relação entre o tempo referencial e o da enunciação: a) presente na narração presente (85,65% dos verbos com tempo atualizado. O passado aparece com função retrospectiva.); b) passado na narração passada (98,50% dos verbos com tempo atualizado). O presente aparece com função de relevo emocional; c) futuro nas narrações futuras (os dados não foram quantitativamente significativos, mas confirmam a hipótese).

Travaglia (1991) ainda apresenta outros fatos sobre os tipos de verbos e situações, as formas e as categorias verbais (inclusive pessoa e voz), mas cremos que esses exemplos são suficientes para mostrar características desses quatro tipos de textos relativas à superfície lingüística no que respeita ao uso dos tipos de verbos e das formas verbais, mas sobretudo das categorias de tempo, modalidade e aspecto.

Um outro exemplo, fora dos elementos do verbo, é o fato de que nos **textos narrativos** (em que a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer é a do fazer ou acontecer inserido no **tempo** – TRAVAGLIA, 1991, 2007a) a formulação lingüística vai exigir o uso de recursos da língua para marcação desse tempo, daí a presença maior em textos narrativos de recursos da língua **marcadores de tempo**, pois, além da marcação de tempo feita pelos verbos, observa-se o uso muito freqüente nesse tipo de texto de recursos, tais como: a)

expressões: era uma vez; b) datas: em 1997, no dia 25 de outubro de 2003; c) conectores de valor temporal: *conjunções e locuções conjuntivas* (quando, enquanto, logo que, assim que, depois/antes que, etc.); *preposições ou locuções prepositivas* (após, antes de, depois de, etc.); *seqüenciadores* ou encadeadores temporais no tempo referencial, tais como: aí, daí, então, etc.; d) advérbios e adjuntos adverbiais de tempo: há muito tempo atrás, à noite, em três dias, por muitos anos, dali a algum tempo, naquele momento; e) nomes (substantivos e adjetivos) indicadores de tempo: dia, mês, semana, ano, década, atrasado, adiantado, temporário, transitório, etc.), entre outros; f) tempos verbais: passado, presente, futuro.

É interessante observar que alguns desses recursos são mais usados para certos tipos de narrativas. Assim, por exemplo, as narrativas ficcionais geralmente se inserem num tempo pouco específico, como em (4), já as narrativas nas notícias costumam ter indicações temporais mais precisas, com datas, por exemplo, como em (5). Outras formas de narrativa parece que apresentam uma inserção no tempo dada apenas pelo tempo verbal como algo passado (veja, por exemplo, piadas, fábulas, apólogos, parábolas) ou futuro (como no caso das profecias e previsões).

- (4) Era uma vez, há muito tempo atrás, quando havia fadas e bruxas andando pela Terra, um príncipe ...
- (5) O presidente Lula, esteve em Cuba no dia 26/09/2003, onde estabeleceu acordos comerciais com aquele país...

Na verdade o **uso de conectores e de tipos de relações entre cláusulas** tem se revelado ligado ao tipo de texto:

- a) nos **descritivos** predominam os conectores de conjunção, somando as características que formam o “quadro” resultante da descrição e aparecem também os de contrajunção, permitindo a oposição de características para o mesmo fim (Ela é bonita, mas um pouco deselegante);
- b) nos **dissertativos**, como importam as relações entre idéias constituintes do conhecer, aparecem conectores para os mais diferentes tipos de relações: conjunção, contrajunção ou oposição, disjunção ou alternância, causa / conseqüência (explicativas, justificativas, causais, condicionais, finais, consecutivas, conclusivas), comparação (comparativas, conformativas), comprovação, especificação (incluindo a exemplificação) entre outras;
- c) na **narração** já falamos da importância dos conectores para marcar as relações temporais;
- d) na **injunção** são importantes os conectores de seqüenciamento de ações (em textos injuntivos que ensinam a fazer e como fazer com diversos passos)

e de justificativa (para justificar o incitamento feito para determinada ação, na parte da superestrutura do texto injuntivo vista quando falamos da estrutura composicional).

O recurso principal no estabelecimento de seqüência e ordem referencial de situações nos textos é o aspecto verbal que, segundo Travaglia (1991, capítulo 5, 1994), constitui o princípio básico do seqüenciamento e ordenação referencial transcrito em (6). Esse princípio dá conta do seqüenciamento e ordenação não só na narrativa, mas também nas descrições, dissertações e injunções.

(6) 1) Dada uma seqüência de situações em um texto, duas situações contíguas na linearidade textual:

a) serão seqüentes, se o aspecto do verbo das orações ou frases que as expressam for perfectivo (Ver exemplos 8 e 9);

b) serão simultâneas, se o aspecto do verbo de pelo menos uma das orações ou frases que as expressam for imperfectivo (Ver exemplo 10);

c) se forem seqüentes, a ordem referencial (cronológica) será aquela em que aparecem no texto (Ver exemplos 8 e 9), a não ser que haja instruções em contrário dadas por qualquer um dos elementos ordenadores apontados em (7) (Ver exemplos 11, em que se tem a mesma ordem referencial do exemplo 8)

d) a simultaneidade estabelecível por b pode ser transformada em seqüência pelos elementos ordenadores de (7.1) a (7.7).

2) se tivermos duas situações seqüentes e uma delas tiver aspecto acabado em combinação com tempo relativo de anterioridade ou com o advérbio “já”, ou com tempo passado em relação a presente ou futuro, a situação com aspecto acabado será anterior à outra, mesmo que esteja depois no texto. (TRAVAGLIA, 1991, p.129-130) (Ver exemplo 12 em que se tem a mesma ordem do exemplo 8)

(7) A atuação do princípio de (6) no seqüenciamento e ordenação é complementada pelos seguintes recursos e princípios:

1) o tempo verbal absoluto (passado, presente, futuro) seqüencia as situações nesta ordem;

2) o tempo relativo: a) pretérito mais-que-perfeito do indicativo, em conjunto com o aspecto acabado, marca a situação como anterior a um momento indicado por adjunto adverbial ou situação(ões) no perfectivo (Veja exemplo 12); b) o futuro do pretérito marca posterioridade;

3) elementos lingüísticos diversos de valor temporal ou com implicações temporais, que podem marcar anterioridade, simultaneidade, posterioridade: a) elementos adverbiais de valor temporal: advérbios, sintagmas adverbiais, orações adverbiais; b) datas; c) preposições (após, antes de, depois de, etc.); d) conjunções (enquanto, depois que, antes que, logo que, etc.); e) verbos (iniciar, começar, terminar, etc.) outros elementos ordenadores, tais como: primeiro, segundo, último, penúltimo, aí, daí, etc.;

4) o conhecimento de mundo, por meio: a) do conhecimento de esquemas, planos e scripts; b) de relações entre orações e períodos que expressam situações: causa e

conseqüência/efeito; meio e fim; condição e condicionado; ação e resultado; possibilidade e realização, etc.; c) da ordenação de tipos de situações; d) do próprio valor do semantema de certos verbos, como preceder, seguir(-se), acompanhar, etc., quase sempre com as situações indicadas por nomes.

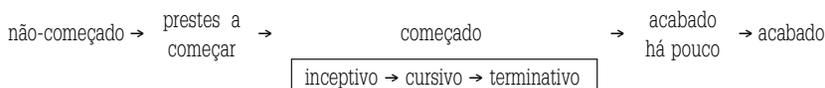
5) elementos do conhecimento de mundo que funcionam como instruções em contrário a (6.1.a): a) quando várias situações são constituintes de outra; b) as fases de realização e de desenvolvimento de uma situação, sendo partes constituintes dela também não são vistas como seqüentes a outras situações, mas têm uma ordem entre si; c) dois verbos distintos que indicam a mesma situação (seja por repetição do mesmo item lexical, seja porque são sinônimos ou temos um verbo vicário);

6) o conhecimento de mundo que nos diz que duas ou mais situações com o mesmo sujeito e no imperfectivo não podem ter realização simultânea, é uma instrução em contrário a (6.1.b) e, neste caso, as situações serão vistas como seqüentes;

7) instruções em contrário a (6.1.a) e (6.1.c) ocorrem quando se tem relações entre situações que não permitem afirmar se as situações são seqüentes ou simultâneas, nem estabelecer uma ordem para as situações. Isto ocorre: a) quando uma ou mais situações são ligadas a uma só, representando exemplos, conseqüências, reações, especificação, etc.; b) quando se tem uma ou mais situações englobadas em um período de tempo dado por outra situação, constituindo uma espécie de efeito lista, quando se tem mais de uma situação;

8) alguns tipos de situação mantêm entre si uma relação que resulta em ordenação referencial porque: a) representam o início ou término de outra situação; b) sua ocorrência representa ao mesmo tempo o término de uma situação prévia e o início de uma nova. São os verbos transformativos, como engordar. Essas situações são percebidas como ocorrendo na ordem dada a seguir independentemente da ordem em que aparecem no texto: c) situação pontual inceptiva à processo à situação pontual terminativa (Exemplo: partir → ir → chegar); d) estado ou característica → mudança de estado/transformativo → novo estado ou característica (Exemplo: ser/estar magro → engordar → ser/estar gordo).

9) a marcação de aspectos relativos às fases de realização (não-começado / começado / acabado) e desenvolvimento (inceptivo – início / cursivo – meio / terminativo – fim) das situações, conjugada com a indicação de duas noções temporais (passado recente e futuro próximo), também leva à ordenação de situações, pois se percebe as situações no mundo real como acontecendo na seguinte ordem:



(TRAVAGLIA, 1991, p.130-139)

Vejamos alguns exemplos em que se pode perceber a aplicação de parte dos princípios acima e que são importantes na caracterização das categorias de texto.

(8) João mudou para Uberlândia e comprou uma casa.

- (9) João comprou uma casa e mudou para Uberlândia.
- (10) João comprou uma casa quando morava em Uberlândia.
- (11) a) João comprou uma casa, depois que mudou para Uberlândia.
b) Antes de comprar uma casa, João mudou para Uberlândia.
- (12) Quando comprou a casa, João tinha mudado para Uberlândia.

O uso desse princípio vai permitir a caracterização de descrição, dissertação, injunção e narração quanto a esses aspectos de superfície lingüística diretamente ligada a elementos de conteúdo e sua organização, uma vez que o que está nesses princípios tem uma realização lingüística específica.

Vimos que o **editorial** de jornal é um texto composto pela fusão dos tipos dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*”, fusão que aparece como necessária e dominante na composição desse gênero. Parreira (2006, p.125-132) faz um estudo do uso de **operadores argumentativos** em tal gênero²⁵ e constata que os dois grupos de operadores que são mais usados são os que têm as seguintes funções: “a) introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão (22,10%); b) assinalar uma oposição (15,04% + 3,35% = 18,39%)” (PARREIRA, 2006, p.128), “contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias” (p.130). No primeiro grupo estão incluídos os seguintes operadores: além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, e não só porque ... mas também, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, mais ainda, aliás, ainda, e ainda (PARREIRA, 2006, p.124, 130). O segundo grupo a autora divide em dois subgrupos: a) no primeiro aparecem aqueles que introduzem argumentos que se contrapõem usando uma estratégia de suspense (15,04%): mas, mais ainda, mas também, entretanto, porém, contudo, todavia, do contrário, no entanto, agora, ao contrário. b) no segundo aparecem aqueles que introduzem argumentos que se contrapõem usando uma estratégia de antecipação (3,35%): embora, mesmo que, apesar de, ainda que. Parreira (2006) ainda evidencia que o predomínio dos operadores com essas duas funções tem uma correlação direta com os tipos de argumentos mais usados, conforme vimos ao falar da estrutura composicional. Como se pode ver, essa característica da superfície lingüística acaba por ser caracterizadora do editorial em seu funcionamento argumentativo. Por isso dissemos que a caracterização pelos recursos da superfície lingüística não pode ser desvinculada das propriedades da categoria de texto.

²⁵ Parreira (2006) trabalhou com 78 editoriais, com uma média de 14.153 operadores por editorial, de três grandes jornais: *Folha de S. Paulo* (27 editoriais / 35,9%), *O Globo* (26 editoriais / 32,5%) e *Estado de Minas* (25 editoriais / 31,6%) para evitar o viés do estilo de um jornal em sua caracterização.

Freitas (1997) estudou o gênero **folheto de hotéis** do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, escritos em Inglês, e constatou em sua pesquisa que esses folhetos no nível lexical são caracterizados por um conjunto recorrente de palavras que ela dividiu em dois grupos: a) o de palavras-chave (*key words*) e b) o de palavras super-chave (*key key words*). As palavras-chave dos folhetos de cada país eram recorrentes nos folhetos daquele país. As palavras super-chave são as que apareciam nos folhetos de mais de um país. Aqui vamos listar apenas as palavras super-chave e que apareceram nos folhetos dos três países com uma frequência acima de 0,10%, que a autora usou como ponto de corte estatístico. São elas: fax, facilities, enjoy, special, service, hotel, to, club, suites, this, that, by, private, reservations, it, park, our, hotels, room, rooms, restaurant, in, international, offers, be, all, your, area, you, and, bar (FREITAS, 1997, p.135-136). A autora ainda discute o papel das palavras-chave e super-chave em relação às três macro funções propostas por Halliday (a textual, a experiencial e a interpessoal). A análise e caracterização feita pela autora vão além do que apresentamos aqui, mas queremos apenas que se tenha um exemplo em que o uso de um conjunto de palavras caracteriza, no nível lexical, um gênero pela sua presença constante nesse gênero. Dentro do quadro teórico que propomos, pode-se levantar a hipótese de que essa caracterização lexical dos “folhetos de hotel” tem uma relação direta com o conteúdo temático que se especializa por termos uma espécie do gênero definida pelo conteúdo: hotel. Talvez um reflexo da coesão seqüencial por manutenção temática.

Como se pode observar, a caracterização das categorias de texto pelo parâmetro de como se constrói a superfície lingüística do texto pode apresentar recursos de todos os planos e níveis como caracterizadores. Desse modo não se pode esquecer que elementos composicionais de formulação da seqüência lingüística, advindos da correlação entre marcas e propriedades próprias da categoria de texto em formulação ou recepção configuram características de superfície lingüística de cada categoria de texto e, portanto, têm de ser observadas ao caracterizar tais categorias.

Condições de produção

O quinto parâmetro de critérios para caracterização das categorias de texto se relaciona ao que decidimos chamar de **condições de produção**. Até o momento pudemos observar que nesse parâmetro podemos incluir e observar: quem produz, para quem, quando, onde (geralmente um quadro institucional), o suporte, o serviço, etc.

O critério de “**quem produz**” inclui tanto o *indivíduo* (geralmente *ocupando um lugar social*) como a *comunidade discursiva* (SWALES, 1990), ou esfera de

ação social (BAKHTIN, 1992), ou formações sociais (BRONCKART, 2003), ou domínio discursivo (MARCUSCHI, 2002). A comunidade discursiva é importante na caracterização sobretudo dos gêneros que, como vimos, são os que realmente circulam e funcionam em dada sociedade e cultura. Assim, se o texto é da esfera jornalística, forense/jurídica, administrativa, literária, médica, acadêmica, religiosa (considerando-se e distinguindo-se diferentes grupos religiosos), das relações familiares e das relações sociais do dia-a-dia, publicitária, comercial, industrial, etc., é muito importante, inclusive porque, em alguns casos, temos gêneros com um mesmo nome, mas que identificam categorias distintas em comunidades discursivas distintas. Este é o caso do **ofício**, que, como vimos no item 4, para a comunidade forense é um gênero “redigido pelo escrivão da secretaria da vara criminal ao Instituto de Identificação e Estatística” com o objetivo de “comunicar sobre a remessa dos autos ao juiz competente” (PIMENTA, 2007, p.145) e na administração em geral é uma espécie do gênero correspondência caracterizada por uma estrutura composicional (forma) que configura a seguinte superestrutura:²⁶ a) o *timbre* do papel identificando a instituição ou órgão que envia o ofício (optativo); b) *epígrafe* (onde se coloca a palavra “ofício” seguida das siglas do órgão/instituição que envia o ofício, uma numeração do ofício seguida do ano de envio, e a data na mesma linha); c) *ementa* (optativo) em que se coloca uma síntese do assunto para que o recebedor saiba logo de que se trata; d) *invocação* ou *vocativo*: em que geralmente se coloca a forma de tratamento “senhor(a)” seguida da indicação do cargo da pessoa a quem o ofício se dirige; e) *contexto* ou *desenvolvimento*: parágrafo(s) em que se desenvolve o assunto objeto do ofício; f) *fecho*: geralmente coloca-se uma forma de cortesia como “atenciosamente”, “saudações”, etc.; g) *assinatura e cargo*: aparece o nome do responsável pela comunicação feita no ofício e seu cargo ou função; h) indicação de *anexos* quando ela não foi feita no contexto ou desenvolvimento; i) *destinatário*: coloca-se à esquerda, em linhas separadas, o vocativo com forma de tratamento, o nome do destinatário, o cargo acompanhado de fórmula de enobrecimento abreviada (DD. = digníssimo ou MM. = meretíssimo, etc.), órgão ou instituição e local (cidade e estado); j) *redator e digitador* (opcional): coloca-se geralmente da seguinte forma: iniciais do redator em maiúsculas / iniciais do digitador em minúsculas.

No Quadro 2, dissemos que os gêneros atestado, certidão, certificado e declaração têm todos o objetivo básico de “dar fé da verdade de algo”. Eles vão se distinguir por características de outros parâmetros e critérios. Assim, com relação à superfície lingüística, eles vão se caracterizar pela presença de certos verbos, como atestar, certificar, declarar, etc. No que diz respeito às condições de produção, eles vão se distinguir por quem pode produzir e em que quadro

²⁶ Tomada a Cunha e Matos (1985, p.34), com algumas adaptações e atualizações.

institucional, conforme especificado a seguir. A *certidão* dá fé da verdade de algo pela transcrição de registros existentes em instituições e órgãos geralmente públicos e só pode ser feita por tabeliães em cartórios (como no caso de certidões de nascimento, casamento, óbito, de escritura, etc.) ou funcionários de órgãos públicos autorizados (como no caso das certidões negativas de débitos com prefeituras, receitas estaduais e federais, delegacias, etc.). No *certificado* geralmente se dá fé da verdade de que alguém realizou algo em dada instituição (por exemplo: cursos, treinamentos, apresentações em congressos, etc.) e, por isso, quem pode emitir um certificado é sempre uma autoridade responsável pela instituição em que o fato se deu (por exemplo: diretor de escola, coordenador de curso, secretário de educação, diretor de instituição em que alguém realizou estágio, coordenador/presidente de evento). Já o *atestado* geralmente é feito por alguém que tem competência técnica (atestado médico, por exemplo) ou institucional para fazê-lo (como no caso do atestado de bons antecedentes). Finalmente, a *declaração* pode ser feita por qualquer cidadão disposto a responsabilizar-se pela verdade de algo perante outrem ou perante algum órgão ou instituição (por exemplo, a declaração que alguém faz para um juiz, dizendo conhecer um casal e que eles estão separados de fato há mais de três anos, e o faz para fins de separação legal com mais facilidades na justiça ou que declara que uma mulher M viveu maritalmente com um homem pelo tempo X, num processo de pedido de pensão ou de disputa de bens).

No caso da comunidade forense ou jurídica, extremamente formal e estruturada no que diz respeito aos seus gêneros, muitas vezes dois gêneros muito próximos se distinguem apenas por quem pode produzi-los e os produz. Esse é o caso, por exemplo, da *queixa crime* e da *denúncia*. Vimos que a **denúncia** é um gênero sempre redigido por um promotor do Ministério Público, solicitando (é uma petição) a abertura do processo contra o agente do fato criminoso (PIMENTA, 2007, p.110). Já a **queixa crime** com o mesmo tipo de conteúdo e objetivo da denúncia tem condições de produção diferentes. Como diz Pimenta (2007), a *queixa crime* é

texto similar ao da denúncia a diferença está nas condições de produção do texto por tratar-se de crime de ação penal privada ou subsidiária da pública nos crimes contra a honra e os costumes.

A denúncia é obrigatoriamente oferecida pelo MP em ação penal pública incondicionada, já a *queixa crime* é obrigatoriamente oferecida pelo defensor do querelante. (PIMENTA, 2007, p.124)

Na comunidade discursiva forense e jurídica a denúncia só pode ser produzida por um promotor do Ministério Público, enquanto a *queixa crime* é feita pelo advogado que defende o proponente da ação. O tipo de crime em que

ela é possível é diferente dos crimes denunciados pelo Ministério Público. Ambas dirigem-se a um juiz.

Pimenta (2007) mostra que, na comunidade discursiva forense, para ocorrência do processo penal há muitos gêneros que só podem ser produzidos por agentes específicos da comunidade: delegado, policial, escrivão, promotor, juiz, técnicos especializados, etc., e em circunstâncias específicas. Como seria longo reproduzir aqui todos os exemplos, remetemos o leitor a esse estudo.

Dentre as condições de produção parece interessante observar aquilo que se tem denominado nos estudos sobre gêneros de **suporte**, definido de modo geral como o espaço-objeto que porta o texto, em que o texto ganha materialidade — “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2003, p.3) e também o que se chama de **serviço**. Muitos gêneros só existem em suportes específicos, como o **e-mail** (com um suporte específico: um programa de computador em um meio virtual e num serviço específico – provedor de internet). **Filmes** só podem aparecer em superfícies de celulose ou mais recentemente em suportes digitais e, quando projetados, em uma tela. **Cartas**, além de terem uma forma específica que as distingue de outras espécies do gênero correspondência, sempre têm como suporte o papel em que são escritas e são levadas até o destinatário por um serviço de correio ou por um mensageiro que faz o papel de transportador da carta. O **telegrama** já usa um outro serviço, pois é transmitido via telégrafo ou outro meio mais atual, não levando o que o locutor escreveu (a mão, datilografando ou digitando), pois a redação é dele, mas não a produção física da mensagem. **Convites** podem usar o mesmo suporte (folha de papel) e serviço transportador da carta. Evidentemente cartas, telegramas e convites têm características de outros parâmetros (principalmente estrutura composicional: superestrutura e superfície lingüística) que os distinguem. Assim, por exemplo, sempre se destacou no telegrama sua linguagem concisa, que inclusive deu origem ao epíteto “linguagem telegráfica”.

Creio que é interessante transcrever aqui o exemplo dado por Araújo (2006) ao discutir a questão do suporte e sua influência no estabelecimento, na definição do gênero enquanto tal, portanto como tomando parte possível na caracterização dos gêneros.

Contudo, como Marcuschi alerta, nem sempre essa relação é tranqüila, pois verificamos casos em que ocorre o contrário: o suporte é determinante para distinguir o gênero. Exemplificando, tomemos o seguinte texto:

(1) Paulo,
Parabéns! Você passou no vestibular!

Um abraço!
Sua mãe, Maria.

Esse texto, se for escrito em um pequeno pedaço de papel e colocado por Maria sobre a mesa da sala, para que Paulo, ao chegar de uma viagem tenha contato com o fato exposto, tal texto é um *bilhete*. Se Paulo estiver trabalhando, chegar em casa “correndo” para apenas tomar um banho e ir à Faculdade [...], ao ouvir na secretária eletrônica esse texto,²⁷ ele muda para um *recado*. Se Paulo fizer uma viagem de negócios, e, no local em que estiver, abrir sua caixa de mensagens na internet, e deparar com esse texto, ele terá um *e-mail*. Numa outra situação, se Paulo tiver feito um vestibular numa cidade distante onde sua mãe mora, e caso Paulo não possuísse telefone, sendo que o resultado lhe será informado por sua mãe que lhe enviará um *telegrama* com esse texto, temos assim um novo gênero. Podemos perceber que em todos os gêneros, o conteúdo não mudou, teve o mesmo fim, no entanto, o que determinou a caracterização do gênero – *bilhete, recado, e-mail, telegrama* – foi exatamente o suporte, ou seja, o gênero acabou por ser identificado graças a sua relação com o suporte. (ARAÚJO, 2006, p.39)

Percebe-se pelo exemplo de Araújo (2006) que os suportes efetivamente podem contribuir para a caracterização das categorias de texto, sobretudo dos gêneros.

Considerações finais

Como se pode perceber, a caracterização de um tipo, gênero ou espécie de texto será feita por meio da utilização de diversos parâmetros e critérios. É preciso, entretanto, estar ciente de que: a) não é necessário nem obrigatório o uso de todos os parâmetros e critérios na caracterização de todas as categorias de texto: às vezes apenas um permite fazer a caracterização, às vezes é preciso conjugar mais de um parâmetro e/ou critério; b) a caracterização pode ser feita tanto pela presença quanto pela ausência dos elementos implicados nos parâmetros e critérios; c) é preciso haver uma regularidade ou frequência para que o elemento em foco seja caracterizador de uma categoria e é preciso evitar estabelecer tais regularidades pela observação de um ou dois exemplares de dada categoria de texto; d) não é só a presença ou ausência do parâmetro ou critério que caracteriza a categoria de texto, mas também como os elementos caracterizadores se relacionam e/ou interferem uns com os outros, como eles se combinam na categoria; e) sempre há, portanto, uma inter-relação entre os

²⁷ O autor escreveu “ouvir na secretária eletrônica esse fato”. Trocamos “fato” por “texto”, por acharmos mais adequado ao que estamos defendendo.

critérios e parâmetros que é importante para a caracterização; f) com frequência um fato não é absoluto, mas há uma tendência que se mostra pertinente para a caracterização, como no caso do tipo de personagem para fábulas, apólogos e parábolas e no caso dos tipos de argumentos para o editorial; g) a distinção entre gêneros muito próximos, por exemplo, pode se dar mais pelo jogo entre as características do que pelas características em si.

É preciso também lembrar que, como os tipos compõem os gêneros, não se deve ou pode apresentar como característica exclusiva de um gênero aquelas características que ele apresenta por ser composto por um ou mais tipos, seja em cruzamento ou fusão, seja em conjugação. O fato de os tipos e espécies serem obrigatórios ou não na composição de um gênero, de o tipo ser ou não dominante em relação aos outros com que se conjuga, é também critério de estrutura composicional para a caracterização do gênero (TRAVAGLIA, 2007b).

Acreditamos na possibilidade de existência de outros parâmetros e critérios para a caracterização de categorias de texto, além dos que elencamos aqui, e na pertinência de sua utilização e pertinência para tal caracterização. A sua descoberta, especificação e explicação é contribuição de pesquisa que esperamos fazer ou que seja feita para além do que já conseguimos reunir aqui a partir de nossas observações e estudos e de estudos de outros pesquisadores.

TRAVAGLIA, L. C. The characterization of text categories: types, genres and species. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.1, p.39-79, 2007.

- *ABSTRACT: In this paper, we aim at discussing parameters and criteria to characterize text categories which can be considered as types, genres or species (Travaglia, 2007a). Such characterization is essential for identifying and distinguishing the categories to which texts can pertain. Our proposal is that the different criteria for this purpose can be grouped according to five distinct parameters: a) the content; b) the compositional structure; c) the socio-communicative objectives and functions of the category; d) the linguistic surface characteristics, generally in correlation with other parameters; and e) elements that can be attributed to the production conditions of the text category.*
- *KEYWORDS: Discursive and textual genre; text type; text species; characterization.*

Referências bibliográficas

ARANTES, M. B. *A argumentação nos gêneros fábula, parábola e apólogo*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

- ARAÚJO, E. L. de. *ERA UMA VEZ... Coesão e legibilidade em histórias infantis para leitores iniciantes*. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRONCKART, J.-P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.
- CASTRO, V. S. *Os tempos verbais da narrativa oral*. 1980. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1980.
- CUNHA, M. T. da; MATOS, N. J. *Redação técnica e oficial*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, v.3, n.1, Uberlândia, p.3-10, jun. 1987.
- FREITAS, A. C. *América mágica, Grã-Bretanha real e Brasil tropical: um estudo lexical de panfletos de hotéis*. 1997. 230 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GOMES, A. B. L. *A emergência do gênero carta*. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.
- _____. A questão do suporte dos gêneros textuais. *DLCV: Língua, linguística e literatura*, João Pessoa, v.1, n.1, p.9-40, 2003.
- MELO, C. S. *Tipos de textos empregados com função de argumento na dissertação argumentativa*. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- PARREIRA, M. S. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. 2006. 223 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- PIMENTA, V. R. *Textos forenses: um estudo de seus gêneros textuais e sua relevância para o gênero "sentença"*. 2007. 192, 237 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, P. H. *Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia*. 2007. 225 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, H. U. da C. *Teoria literária*. 5. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

_____. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. 330, 124 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. A superestrutura dos textos injuntivos. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 39., 1992. Jaú. *Anais...* Jaú: Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, 1992. v. 2, p.1290-1297.

_____. O verbo e a ordenação referencial de situações em diferentes tipos de textos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISPÂNICA, 4., 1993, Leipzig. *Verbo e estruturas frásicas: Actas...* Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1994. p.225- 239.

_____. Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.30, p.1-6, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Gêneros de texto definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002a. p.129-153.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v.4, n.1/2, p.32-37, 2002b.

_____. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002c. p.201-214.

_____. Tipologias textuais literárias e lingüísticas. *Scripta*, Belo Horizonte, v.7, n.14, p.146-158, 2004a.

_____. Tipologia textual, ensino de gramática e o livro didático. In HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004b. p.114-138.

_____. *Categorias de texto como objeto de ensino*. Trabalho apresentado no 21. Encontro nacional da ANPOLL, São Paulo, 2006.

_____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.). *Língua Portuguesa pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC, 2007a. v.2, p.97-117.

_____. *Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros*. Trabalho apresentado no 4. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET). Florianópolis, 2007b.

WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.